

EDUCAÇÃO NAS PENITENCIÁRIAS: UMA POSSIBILIDADE DE MUDANÇA

Cleide B. Silveira Fernandes¹
Lucimeri Andreato²
Silvana K. Ribeiro³

RESUMO

O estudo procura conhecer como acontece a educação de adultos presos e abordar as dificuldades e desafios que são enfrentados para que ocorra a educação e a transformação do indivíduo encarcerado. Faz-se um breve relato da história das prisões desde o século XVII até os dias de hoje, com base no autor Michel Foucault. Em seguida apresentam-se as formas de educação utilizadas no presídio, na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA). Partindo dessa realidade relatamos que a educação é dividida em duas partes: educação formal que é obrigação do estado, e a não formal que parte de uma ideologia de socialização e capacitação para o trabalho, com foco em desenvolver as habilidades e potencialidades do apenado com uma visão de tentar resolver os problemas do grupo e do cotidiano. Seguindo esse raciocínio também se trabalha na EJA, embasado no autor Moraes, a pedagogia social. Tendo como princípio a qualidade social, que resulta no desafio da interação entre o indivíduo, grupos, instituições e o seu ambiente social como base para seu desenvolvimento. O texto relata um pouco da metodologia da pesquisa, fazendo uma análise dos dados transcritos e com a realidade atual da vida do apenado em relação a educação que eles recebem no presídio. Na sequência, focando uma realidade mais próxima, observa-se a educação nos presídios de Piraquara comparando com a opinião do sociólogo Pedro Bodê, membro do Conselho Penitenciário do Paraná, da pedagoga do Centro de Observação e Triagem (COT) Sandra Marcia Duarte e informações obtidas no site da Secretaria de Estado da Justiça (SEJU). A partir dessas comparações foi possível refletir sobre a realidade prisional do nosso Estado.

PALAVRAS-CHAVE: educação prisional, apenado, transformação

¹ Cleide B. Silveira Fernandes – Acadêmica das Faculdades Opet, concluinte do curso de Pedagogia.

² Lucimeri Andreato – Acadêmica das Faculdades Opet, concluinte do curso de Pedagogia.

³ Silvana K. Ribeiro – Acadêmica das Faculdades Opet, concluinte do curso de Pedagogia.

ABSTRACT

This study seeks to understand how education happens on adult prisoners and approaches difficulties and challenges faced in order to succeed both education and transformation for an incarcerated individual. It is a brief description of the history of prisons since the seventeenth century to nowadays, based on the author Michel Foucault. Next, we present the modality of education used in prison, as Educação de Jovens e Adultos, EJA (Youth and Adults Education). From this reality, we report that education is divided into two: formal education - an obligation of the state- and non-formal -an ideology of socialization and training for work, focusing on developing the skills and capabilities of the condemned with a vision to tackle the daily group problems. Therefore, the adult education at EJA is based on the author Moraes, Social Pedagogy. According to social quality, it results in the challenge of the interaction among individuals, groups, institutions and social environment as a way of developing themselves. This report describes a few of methodology research, comparing data search information to the current reality of an incarcerated's life and education received in prison. Further, focusing on a closer reality, education in Piraquara prisons is analyzed and compared to the point of view of sociologist Peter Bodê, member of the Prison District of Paraná; to Sandra Marcia Duarte, teacher of Prison Observation and Screening Committee of Parana and information obtained on the website of the Ministry of Justice. From these comparisons it was possible to consider about State Prisons reality.

KEYWORDS: prison education, convict, transformation

INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda o tema “Educação no presídio”, pretendendo refletir sobre essa área pouco conhecida e pouco valorizada no campo educacional.

Ao considerar a atual situação carcerária no Brasil, com suas penitenciárias lotadas, delegacias abarrotadas de presos esperando julgamento e ainda o elevado número de reincidência na criminalidade, seria possível julgar como ineficiente o processo penal no Brasil. Essa constatação nos fez refletir sobre as razões pelas quais, ao longo do tempo, não se tenha pensado em diferentes maneiras de diminuir a criminalidade. A base para uma sociedade justa, com certeza é a educação, esse é o caminho, mas o que fazer com os que já entraram para o mundo do crime? Não teriam eles o direito de mudar o rumo de suas vidas? Sabendo-se que uma grande parcela dos presos não teve oportunidade de estudar na idade regular. A educação nos presídios, além de evitar a ociosidade, pode dar ao condenado a oportunidade de, em futura liberdade, estar preparado para o exercício de uma atividade profissional. A educação oferece também a chance do preso resgatar sua autoestima e reconstruir sua história.

A intenção desse artigo é abordar como acontece o processo educacional nas penitenciárias, conceituar a educação de jovens e adultos na realidade prisional e identificar sua importância no desenvolvimento da autoestima e transformação do aluno apenado. Procurar identificar as dificuldades e desafios dessa educação para despertar uma reflexão a respeito e divulgar a necessidade de políticas públicas que defendam o direito da população carcerária à educação que é um direito de todos.

1 HISTÓRIA DAS PUNIÇÕES

Segundo Michel Foucault (1986), em *Vigiar e Punir*, um de seus principais livros, as punições não foram sempre em forma de encarceramento,

como hoje. Por volta do séc. XVII as punições eram violentas e em praça pública, não apenas para punir o criminoso, mas também para reforçar o poder do monarca.

No século XVIII, com a influência do Iluminismo que criticava a intolerância religiosa e abuso do poder, defendendo um governo democrático com igualdade para todos, as punições violentas não eram bem vistas, o criminoso então deveria ficar longe do crime pela certeza da punição e não pelo castigo exposto em público. Surgiram então as prisões, com o intuito de punir, reeducar e curar.

No séc XIX, pensava-se em duas finalidades: punir e educar. A reabilitação fundava-se em três grandes princípios: o isolamento, o trabalho e a modulação da pena. O isolamento permitia que ao se separar do mundo exterior, o indivíduo pudesse refletir e se arrepender do que fez e acompanhado do trabalho penitenciário poderia levar a transformação do preso. Acreditava-se que por meio do trabalho ele poderia tornar-se responsável e dócil. O princípio da modulação da pena apontava que a duração da pena deveria ser o tanto necessário para a transformação do detento, com rigorosa observação do seu desenvolvimento com possível diminuição ou aumento da pena.

Na atualidade o que se constatou é que a prisão não diminuiu a criminalidade, pelo contrário ela tem muitas chances de aumentá-la. A reincidência é fato muito comum, porém não descobriram até hoje outra maneira de punição. Apoiando essa idéia, Foucault afirma que

conhecem-se todos os inconvenientes da prisão, e sabe-se que é perigosa quando não inútil. E, entretanto não “vemos” o que pôr em seu lugar. Ela é a detestável solução, de que não se pode abrir mão. [...] depois de sair da prisão, se tem mais chances que antes de voltar para ela. (FOUCAULT, 1987, p. 196)

Depois de feitas essas considerações, voltando a atenção para o foco da educação, é importante relatar que hoje conforme a lei de execução penal, Lei 7.210 de 11 de julho de 1984, Art.126.o preso poderá remir um dia da pena

para cada doze horas de freqüência escolar Essa Lei pode ser um estímulo para o preso que se encontra em ambiente prisional e deseja estudar .

2 A EJA COMO FORMA DE MUDANÇA

Escolhemos Paulo Freire para falar da EJA pelo seu método inovador de educar o adulto conforme sua realidade com a intenção de torná-lo um cidadão crítico. A educação no método EJA é uma modalidade de ensino, amparada por lei e voltada para pessoas que não tiveram acesso, por algum motivo, ao ensino regular na idade apropriada, por isso é o método mais indicado para o ambiente penitenciário.

Segundo Moacir Gadotti, (Atual diretor do Instituto Paulo Freire) a educação é necessária para a conquista da liberdade de cada um e o seu exercício da cidadania, para o trabalho, para tornar as pessoas mais autônomas e mais felizes. A educação é necessária para a sobrevivência do ser humano e Gadotti ainda acrescenta que o adulto não pode ser visto como criança, ele quer ver a aplicação imediata do que está aprendendo e precisa resgatar sua autoestima. Confirmando essa Idéia Paulo Freire defende que a educação deve ser libertadora levando o aluno a uma conscientização das contradições do mundo que o cerca. Porém dentro do presídio existem muitas dificuldades para implantação desse método. É muito forte a contradição entre educação e a reabilitação carcerária onde seu principal objetivo é a segurança, ou seja, a anulação do sujeito. Segundo Edneia Gonçalves (membro Da Alfa sol–alfabetização solidária) é preciso reconhecer a cidadania de presos e presas para defender seus direitos educativos.

3 EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL

Segundo Raiane Assumpção da alfasol, sabe-se que não existe uma regulamentação da educação dentro das penitenciárias. Ela é um direito, porém não se fiscaliza a maneira como ela acontece, pois a prioridade é a

segurança. Apesar disso existe a educação formal oferecida pela SEED (Secretaria Estadual de Educação) com certificação por meio do método EJA e serve para aplicar a lei da remição da pena. Porém elas não são institucionalizadas, muitas vezes ela não passa de um meio para a propaganda da direção do presídio.

Existe também a educação não formal que segundo Schafranski é aquela que trabalha as relações sociais, consciência de como agir em grupo, construção e reconstrução da concepção de mundo, respeito às diferenças. No ambiente carcerário quem atua na educação não formal são as igrejas, ONGs e voluntários por meio de projetos.

4 A PEDAGOGIA SOCIAL

Poderíamos defini-la inicialmente como uma ação teórico-prática, sócio educativa, realizada por educadores e agentes sociais. (MORAES, 2010, p.1).

Segundo Raiane Assumpção (2010), apesar de o ambiente carcerário propiciar violência, ausência de valores e o surgimento de outros saberes e conhecimentos alheios ao direito e à humanização, é indispensável para que o preso não seja duplamente estigmatizado, garantir o direito à educação. Da mesma, segundo Elenice Onofre (2010), entre o punitivo da prisão e o educativo da escola, uma educação de qualidade nas penitenciárias tem sido a de oferecer processos educativos, quer de maneira formal ou não formal, que mantenham o aprisionado envolvido em atividades que possam melhorar sua qualidade de vida e criar condições para que a experiência educativa lhe traga resultados úteis (trabalho, conhecimento, compreensão, atitudes sociais e comportamentos desejáveis) que perdurem e lhe permitam acesso ao mercado de trabalho e continuidade nos estudos, quando em liberdade, o que poderá contribuir para a redução na reincidência, (re)integrando-o eficazmente à sociedade. (ONOFRE, 2010, p.110)

5 ANÁLISE DOS DADOS

Na década de 80 A SEJU juntamente com SEED ofereciam uma educação no presídio para o 1º e 2º grau com testes de equivalência para 1ª a 4ª e supletivo para o 2º grau. A partir da LDB de 1996 a escola passou a se chamar CEEBJA (Centro de Educação Básica de Jovens e Adultos) Dr. Mário Faraco

Hoje existe um programa chamado PDI Cidadania (Programa de desenvolvimento Integral) que propõe uma educação de qualidade para promoção da cultura da paz. Porém conforme Pedro Bodê e Sandra Duarte essa educação é para poucos eleitos. Em primeiro lugar o preso precisa demonstrar o desejo de estudar, fazendo uma comunicação por escrito aos agentes carcerários que encaminham seu pedido. Depois ele passa por uma comissão chamada CTC (Comissão Técnica de classificação) que seleciona os presos que tem condições sociais pra participar das aulas e por último ele precisa esperar por uma vaga por falta de espaço físico e de estrutura que atendam a todos os selecionados. Segundo o site da SEJU a educação formal na intenção de ser uma educação de qualidade é oferecida, mas encontra muitos desafios. Segundo a Sandra Duarte existem três processos educacionais dentro da prisão. O primeiro é o institucional que tem como processo educativo o adestramento e o condicionamento. O segundo é o processo do cárcere onde o preso precisa aprender a conviver com as regras impostas pelos outros presos dentro do cubículo ou no pátio e o terceiro é a educação formal, onde só 20% dos presos têm acesso.

A SEJU oferece cursos profissionalizantes com a intenção de reinserção do egresso no mundo do trabalho, porém essa ressocialização se torna difícil, principalmente quando a socialização desse indivíduo antes de entrar para a prisão não foi adequada. Segundo Pedro Bodê o ser humano se socializa no ambiente em que vive. Se você está em casa você se socializa conforme os valores da sua família, quando vai para a escola você se socializa com os valores da escola e depois também no trabalho. Nós somos o resultado desse complexo de coisas que aprendemos nos socializando em diferentes

instituições. A prisão faz isso, ela transforma o indivíduo em preso, ela faz uma concentração da identidade, você deixa de ser cidadão para ser preso.

Em relação à educação, para que o indivíduo aproveite as aulas para se desenvolver e se transformar, é preciso que ele tenha uma convicção íntima de que aquilo é bom pra ele e também um professor comprometido, o que raramente acontece, a maioria dos professores vai para o ambiente prisional por causa do salário.

Agravando a situação, existe uma grande parte dos apenados que é preso por não terem defesa. Muitos deles nem deveriam estar ali para aprender a ser um bandido, poderiam receber um tipo alternativo de pena para que tivessem chance de mudar de vida.

CONCLUSÃO

Ao pensar em educação, nos parece incompatível imaginá-la no ambiente do cárcere. As dificuldades enfrentadas para implantar uma educação de qualidade nos presídios, com a capacidade de transformar o indivíduo preso, são muitas. A violência encontrada no processo de encarceramento, a falta de estrutura física, o não comprometimento de alguns professores e a falta de convicção íntima dos apenados são algumas delas. Seria preciso vencer os processos de educação implícitos, existentes dentro da penitenciária como os de adestramento, condicionamento e as regras da comunidade carcerária, para que a educação possa agir de forma integral na vida do apenado, pois ele fica apenas duas horas por dia em sala de aula e depois volta para a dura realidade do cárcere.

Apesar de todas essas dificuldades existem profissionais capacitadas e que realmente se importam com o destino dessas pessoas que por inúmeros motivos, entram para o mundo do crime. A educação nos presídios é um desafio para os pedagogos na contemporaneidade, sendo de extrema importância que esse profissional procure agregar conhecimentos além da pedagogia, com o objetivo de auxiliar no exercício dessa função.

É preciso pensar nas várias outras pessoas que de um jeito ou de outro convivem ou vão conviver com esse preso um dia, portanto é responsabilidade da Secretaria de Justiça e da Secretaria de Educação, tentar devolver esse preso para o convívio social em condições de reinserção no trabalho e na família.

REFERÊNCIAS

ASSUMPÇÃO, Raiane. **O que há de Educação em Prisões? A Educação Formal e a não Formal.** In: YAMAMOTO, Aline (org). et al. **Cereja discute: Educação em prisões.** São Paulo: AlfaSol: Cereja, 2010.

BODÊ, Pedro. Entrevista realizada na Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 17 de abr. 2012.

DUARTE, Sandra. Entrevista realizada no Centro de Observação e Triagem. Curitiba, 12 de jun. 2012.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão.** 37ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 8ed. São Paulo: Paz e Terra, 1980.

GADOTTI, Moacir. **Educação como Direito.** In: YAMAMOTO, Aline (org). et al. **Cereja discute: Educação em prisões.** São Paulo: AlfaSol: Cereja, 2010.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. (Orgs). **Educação de jovens e adultos: teoria e proposta.** 10 ed. São Paulo. Cortez: Instituto Paulo Freire, 2008. – Guia da escola cidadã; V. 5.

MORAES, Cândida Andrade. **Pedagogia Social Comunidade e Formação de Educadores: na Busca do Saber Sócio-Educativo.** Disponível em: <www.smec.salvador.ba.gov.br>. Acesso em: 16 abr. 2012.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. **Reflexões em torno da Educação Escolar em Espaço de Privação de Liberdade.** In: YAMAMOTO, Aline (org). et al. **Cereja discute: Educação em prisões.** São Paulo: AlfaSol: Cereja, 2010

SCHAFRANSKI, Márcia Derbli. **Educação Não-Formal e Alfabetização de Adultos: Um Relato de Experiência.** Disponível em: <<http://www.nepg.br>>. Acesso em: 19 abr. 2012.